

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A co-gestão adaptativa de recursos pesqueiros. Construindo desenvolvimento territorial sustentável. O caso do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibituba, municípios de Imbituba e Garopaba - Santa Catarina/Brasil.

Juliana Adriano.

Cita:

Juliana Adriano (2009). *A co-gestão adaptativa de recursos pesqueiros. Construindo desenvolvimento territorial sustentável. O caso do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibituba, municípios de Imbituba e Garopaba - Santa Catarina/Brasil. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/529>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A co-gestão adaptativa de recursos pesqueiros

Construindo desenvolvimento territorial sustentável

O caso do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibituba, municípios de Imbituba e Garopaba – Santa Catarina/Brasil

Juliana Adriano

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política e Integrante do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina
ju.adriano@gmail.com

Resumo

Neste artigo serão apresentados resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, realizada no âmbito do projeto *Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) na Zona Costeira Catarinense*, envolvendo pesquisadores da UFSC, EPAGRI e RIMISP. Este trabalho objetiva caracterizar um embrião potencial de DTS, o *Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibituba*, localizado nos municípios de Imbituba e Garopaba no litoral catarinense, dentro da *Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca*. Por meio da reconstrução da *trajetória de desenvolvimento* e do *sistema de ação territorial* deste Fórum busca-se compreender o *sistema de gestão* da área. Tem-se verificado a predominância de questões relacionadas a pesca, com encaminhamentos para a construção de uma co-gestão adaptativa.

Palavras-chave: Fórum de Agenda 21 – desenvolvimento territorial sustentável – co-gestão adaptativa – sistema de ação territorial.

Introdução

Somente a partir do final dos anos 1960 emergiu o debate sobre a crise ecológica vigente, que deve ser enfrentada do ponto de vista - historicamente inédito - do agravamento tendencial da *problemática socioambiental planetária* (Morin & Kern, 1995). Da perspectiva do ecodesenvolvimento ou do desenvolvimento territorial sustentável¹ busca-se a superação do estilo de desenvolvimento economicista, condicionador desta crise. Em seu lugar procura-se construir um estilo de desenvolvimento socialmente incluyente, ecologicamente prudente, economicamente solidário e politicamente descentralizado (Sachs, 1986; Vieira 1992).

Em se tratando de recursos de uso comum das regiões costeiras, setenta por cento dos estoques pesqueiros estão sendo sobrexplorados, e 50% da população mundial vive na faixa costeira. No Brasil a pesca artesanal é responsável por 60% das capturas e cerca de 35 milhões de habitantes vivem na faixa costeira (Rebouças *et al.*, 2006). Vivacqua e Santos (2008), ressaltam ainda, que as zonas costeiras são áreas de interface entre os ecossistemas terrestres e marinhos, constituindo um *patrimônio natural* frágil do ponto de vista ecossistêmico, e que vem sendo submetido a um processo de pilhagem pela indústria do turismo de massa.

Em se tratando da zona costeira do Estado de Santa Catarina, esse processo se iniciou sobretudo a partir da década de 1970, com a construção da BR-101. E os efeitos não foram diferenciados na região da Lagoa de Ibiraquera, localizada entre os municípios de Imbituba e Garopaba, a cerca 70 km ao sul de Florianópolis/SC.

É nesse contexto que em 2001, com base nas diretrizes fixadas na Agenda 21 Brasileira², emergiu a proposta de instituição do *Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera*, fruto de uma parceria firmada entre as comunidades sediadas no entorno da Lagoa, suas organizações e o *Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento* da *Universidade Federal de Santa Catarina* (NMD/UFSC). Este fórum tem funcionado como um espaço historicamente inédito na área de mobilização popular, promoção de debates sobre problemas candentes sentidos na região, planejamento e gestão de conflitos socioambientais, visando melhorar o sistema de gestão da base de recursos naturais situados no entorno da Lagoa.

¹ Segundo Vieira (2006) a abordagem do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) é tributária do Ecodesenvolvimento, compartilhando os fundamentos epistemológicos e a estrutura conceitual.

² A Agenda 21 é o documento mais abrangente da *Cúpula da Terra* realizada no Rio de Janeiro em 1992, e consiste em “um programa de ação em forma de recomendações”, que foi endossado por 105 chefes de Estado, ou seja, que se dispuseram a discussões e negociações futuras (Sachs, 1993)

A partir de 2004, a região onde está inserida a Lagoa de Ibiraquera passou a ser considerada como uma *região laboratório de Desenvolvimento Territorial Sustentável* (DTS) por pesquisadores vinculados a diversas áreas de especialização na UFSC, na FURB e na UNIVALI. Na realidade, suas características são singulares, na medida em que deverá concentrar, nos próximos anos, um mosaico de unidades de conservação, permeado por projetos de dinamização produtiva organicamente articulados a uma estratégia de gestão compartilhada dos recursos naturais renováveis a longo prazo.

Apesar das inúmeras pesquisas realizadas na área, constituídas num esforço de avaliação local participativa de ecossistemas, até o presente momento não há uma sistematização da história do Fórum. Buscando desvendar sua trajetória de desenvolvimento, iremos analisar o contexto espaço-temporal e o funcionamento do sistema de ação territorial do Fórum. Por fim, tentaremos avaliar se a experiência analisada pode realmente contribuir para um desenvolvimento territorial sustentável na área.

Faz-se importante ressaltar a discussão realizada nesse artigo é fruto de resultados parciais de uma pesquisa de mestrado que está sendo realizada pela autora junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC, apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e realizada no âmbito do projeto *Desenvolvimento Territorial Sustentável na Zona Costeira Catarinense*, envolvendo pesquisadores da UFSC, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e do Centro Latino Americano para el Desarrollo Rural (RIMISP). Todavia não se tratam de informações superficiais, visto que, além de revisão de bibliografia, revisão das atas do Fórum, revisão de outros dados secundários e entrevistas com atores-chave, o debate aqui realizado é também calcado nos três anos de participação da autora junto ao Fórum, enquanto integrante do NMD.

Enfoque Analítico

Tratar de desenvolvimento territorial sustentável é recente, todavia este não aborda coisas novas, retoma as bases do codesenvolvimento (atendimento as necessidades básicas, prudência ecológica, autonomia (*self-reliance*) e viabilidade econômica), mas busca adensar essas bases abrindo o diálogo com as teorias (i) *desenvolvimento viável*; (ii) *gestão patrimonial de recursos de uso comum*; e (iii) *desenvolvimento territorial* (Vieira, 2006).

Dentre essas categorias, faz importante ressaltar a dimensão territorial. Na década de 1980 emergem diversas abordagens de desenvolvimento territorial, que buscam contrapor-se a um esforço de ajustamento passivo às coações geradas pela globalização de inspiração neoliberal, instaurou-se assim uma nova lógica de organização *territorial* do desenvolvimento. Bernard Pecqueur (2006) entende território como “o resultado de um processo de construção e de delimitação efetivado pelos atores” e se tornou uma constante na organização econômica do mundo.

Com a eclosão da crise socioambiental planetária o nexo *ambiente & desenvolvimento* tem se integrado com o debate da organização territorial, conectados com noção de *patrimônio natural e cultural* no estatuto jurídico compartilhado para uma gestão democrática participativa de conflitos.

Para a passagem do conceito de DTS à ação, Viera (2006) propõe: (1) a construção de um diagnóstico (descritivo) socioambiental participativo; (2) a elaboração de um diagnóstico explicativo; (3) a análise prospectiva, contendo possíveis cenários futuros; (4) a construção participativa de um plano estratégico de ação para o ecodesenvolvimento – aprendizagem social contínua; (5) e o estudo da viabilidade dos projetos de intervenção construídos.

Analisar os cinco elementos propostos por Vieira só se faz possível junto a uma equipe interdisciplinar, e esse esforço vem sendo realizado por meio da equipe interdisciplinar, o *Grupo de Trabalho Interdisciplinar sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável*, criado em 2004 e coordenado pelos professores Drs. Paulo Freire Vieira, Ademir Cazella (Centro de Ciências Agrárias – CCA/UFSC), Maurício Serva (Centro Sócio Econômico – CSE/UFSC) e Carolina Andion (Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC). Visando contribuir com a equipe, a análise do caso escolhido deve replicar, em menor escala e nível de aprofundamento, o recorte feito por Carolina Andion (2007). A autora buscou compreender o DTS a partir de duas dimensões analíticas interdependentes: a *dimensão empírica*, analisando o DTS enquanto processo, visando descrever e compreender como ele é apropriado pelos atores envolvidos no processo estudado e como estes o colocam em prática por meio de *Sistemas de Ação Territoriais (SATs)*; e a *dimensão normativa*, que percebe o DTS como finalidade a ser alcançada, buscando elucidar se as organizações estudadas promovem inovação socioeconômica e ambiental. Por se tratarem de resultados parciais da pesquisa, este artigo se restringirá a analisar de forma mais aprofundada somente a dimensão empírica.

Caracterização da Região da Lagoa de Ibiraquera

A Lagoa de Ibiraquera é composta por um conjunto de dez comunidades, distribuídas em dois municípios: Gramma, Limpa e Campo D´una, pertencentes ao município de Garopaba; e Araçatuba, Alto Arroio, Arroio, Ribanceira, Barra, Ibiraquera ou Teixeira, e Rosa, município de Imbituba (Freitas, 2005). Rosar (2007) aponta que segundo estimativa, havia no ano de 2000 cerca de 5.000 moradores na região, chegando a 15.000 durante a temporada de verão. Dos moradores, estima-se que 62% são nativos da área, 33% são migrantes e 5% mantém residências secundárias.

Trata-se de uma região colonizada principalmente pelos “açorianos”, que a partir de 1748 passaram a viver em minifúndios numa economia baseada na agricultura e na pesca (Avellar, 1993). Esse modo de vida foi replicado até a década de 1970, quando teve início um processo de urbanização impulsionado pela construção da rodovia BR-101 e que foi marcado pelo adensamento demográfico, pilhagem pela indústria do turismo de massa e sobreexploração dos recursos pesqueiros.

Ademais, Avellar (1993) aponta o enraizamento do clientelismo na cultura local e Goulart (2004) a força de duas famílias sobre o poder político local que revezam a gestão do município de Imbituba há diversas décadas. Por outro lado, Seixas (2005) nos mostra que a história da pesca, no período de 1960 a 2000, na Lagoa de Ibiraquera foi marcada por um sistema socioecológico “tradicional” resiliente, capaz de “organizar-se e adaptar-se”, amortecendo os distúrbios, sem perder sua estrutura e função.

Freitas (2003) aponta para um cenário de crise estrutural da pesca na região. Em 1992, a Lagoa de Ibiraquera sustentava 800 famílias de pescadores artesanais, em 2003 somente cerca de 30 famílias conseguiam viver exclusivamente dela. Além disso, o contingente de pescadores tradicionais que ali habitam estiveram ativamente envolvidos no agravamento de problemas de poluição hídrica, dificultando suas tentativas de restauração do sistema pesqueiro (NMD, 2008). Observa-se neste caso, que a perda de resiliência ecossistêmica está relacionada à persistência da condição de *livre acesso*³ aos recursos da lagoa.

³ Berkes (2005) aponta quatro tipos ideais de modos de apropriação: *livre acesso*; *propriedade privada*; *propriedade estatal*; *propriedade comunal* ou *comunitária*.

Trajetória de Desenvolvimento do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera

Neste contexto foi criado em 2002 o *Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera*. No final da década de 1990, havia duas organizações⁴ da área que pensavam em reunir a comunidade do entorno da Lagoa para discutir seus problemas. A partir de 2001, por meio de aproximação com NMD surge a proposta de uma entidade aglutinadora. Sendo em 2002 criado o referido Fórum, deste momento participaram Centros Comunitários, Movimentos Ambientistas, ONGs, representantes do poder público local, universidade e moradores da área.

O ano de 2002 foi marcado principalmente pela criação do Fórum e construção de seu estatuto. Segundo o qual a finalidade do Fórum seria “elaborar a Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera”, e posteriormente “concentrar-se na busca de implementação dos projetos selecionados”.

O período de implementação do Fórum foi o momento em que a população começou a sentir os efeitos nocivos práticos de um empreendimento privado de cultivo de espécie exótica de camarão⁵ realizado as margens da Lagoa, gerando sérios impactos negativos sobre o meio ambiente biofísico e humano (Fabiano, 2004). O Fórum moveu uma ação civil pública junto ao Ministério Público contra o empreendimento, conseguiu-se, em primeira instância, o fechamento da mesma. A disputa pelo fechamento do empreendimento perdura até hoje, esta diminuiu consideravelmente o impacto sobre a Lagoa, logrando sua reabertura, contudo o Fórum continua defendendo o seu fechamento. Além do ganho frente a degradação ambiental, a ação do Fórum acarretou num ganho fundamental em relação a participação de parte dos pescadores da região.

Também no ano de 2003, entra em pauta no Fórum o caso da Praia Vermelha, que foi interdita de forma irregular (do ponto de vista da legislação ambiental vigente) por empresários ligados ao Grupo Gerdau por cerca de uma década, prejudicando sensivelmente o desenvolvimento das atividades pesqueiras. Moveu-se novamente uma ação civil pública. O Fórum não foi a primeira organização a entrar na mustiça, e sim uma associação constituinte deste, todavia a referida associação “realizou sem consentimento das demais entidades presentes no processo, um acordo com o grupo GERDAU” (Ata 16, março de 2004). Gerando conflito e demonstrando, conforme

⁴ Movimento Ambiental do Rosa (MAR) e o Centro Comunitário de Ibiraquera (CCI).

⁵ Trata-se da Fazenda Lagamar.

apontam Carlsson e Berkes (2005), que a comunidade não é um bloco homogêneo. Somente em novembro de 2004 consta em ata o seguinte relato: “depois de muita luta passou a ser aberta para todos os freqüentadores”.

Ainda em 2003 entraram em vigor: o projeto *Manejo integrado da pesca na Lagoa de Ibiraquera*⁶, voltado para o diagnóstico e plano de ação para a pesca; os Grupos de Trabalho de “Educação, Saúde, Cultura e Saneamento”, “Pesca” e “Turismo”; e uma parceria entre IBAMA e pescadores voluntários para fiscalização da Lagoa. No âmbito das ações de fortalecimento institucional do Fórum, foi criada a Associação de Pescadores da Comunidade de Ibiraquera (ASPECI).

O ano de 2004 foi permeado pela implementação do projeto de *Manejo integrado da pesca na Lagoa de Ibiraquera*. No âmbito do Fórum foram encaminhadas soluções para a gestão do sistema socioecológico, como a abertura da barra da Lagoa de Ibiraquera, que historicamente gera conflitos na Lagoa. Buscou-se conjugar a participação da comunidade com os órgãos públicos. Foram realizados encontros temáticos sobre: pesca artesanal; unidades de conservação; turismo ecológico-comunitário; e economia solidária.

Em 2004 foi amadurecido o debate sobre Unidades de Conservação, que em 2005 foi aprofundado no GT Pesca. Neste ano foi entregue uma solicitação para criação de uma *Reserva Extrativista⁷ de Pesca e Aqüicultura* na área, junto ao Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT/ICMBio). Durante os anos de 2006 e 2007 criou-se o GT Resex, realizou-se reuniões praticamente semanais com todos os grupos de pescadores potencialmente envolvidos pela proposta e o II Encontro da Pesca Artesanal. Atualmente o processo está em seus tramites finais, dependendo da assinatura do presidente da república.

Em dezembro de 2007 começou-se a pensar o delineamento do V Encontro do Fórum, o mesmo foi amadurecido em 2008 e será realizado em 2009, com o tema “Saúde dos Solos, das Águas e das Gentes”. Este está articulado com o projeto de dinamização socioeconômica local intitulado *Desenvolvimento Territorial Sustentável na Zona Costeira Catarinense*, oficializado junto ao Fórum em 2008.

⁶ Projeto realizado na área por um grupo interdisciplinar, a partir de abril de 2003, financiado pelo FNMA.

⁷ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) define Reserva Extrativista como “uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”.

Análise dos Sistemas de Ação Territorial do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera

No princípio da história do Fórum, este era visto pelas organizações comunitárias como espaço para que essas pudessem defender seus interesses comuns. Por meio das atas, podemos observar um amadurecimento dos participantes, conforme podemos observar na ata de número 25: “o Fórum da Agenda 21 não é, mais uma instituição ambientalista e sim um espaço de negociação onde todos os setores da sociedade podem se ver representados e se cadastrar”. Se aproximando assim a algo considerado essencial por Andion (2007): a possibilidade de SAT mediar relações entre diferentes SATs.

Na ata 26, de 2005, consta a representação de desenvolvimento, segundo a qual o Fórum é de “importância para a emancipação comunitária, de seu amparo legal e que não é contra o desenvolvimento, pelo contrário, deseja que ele venha, mas que não destrua os patrimônios naturais e culturais da região”. Estão aqui presentes ainda outros elementos importantes, a emancipação num contexto de clientelismo, uma atuação junto ao poder judicial e a consideração pelo patrimônio.

Observa-se ainda por meio das ações do Fórum – tais como: fiscalização compartilhada da Lagoa entre associação de pescadores, IBAMA e Polícia Ambiental; participação na constituição e no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APA-BF); demanda para criação de uma Resex –, que em seu processo histórico buscou-se construir um espaço de negociação, onde a co-gestão entre setor público e terceiro setor são fundamentais.

As estratégias do Fórum de interação com outros promotores de desenvolvimento foram diversas e transformaram no tempo, gerando conflitos e comprometimento. Nosso entrevistado, tratando da história do fórum, confessou que no início de um processo de defesa “tu meio que mais agride” e que as tentativas de diálogo com o setor privado e parte do público foram frustradas.

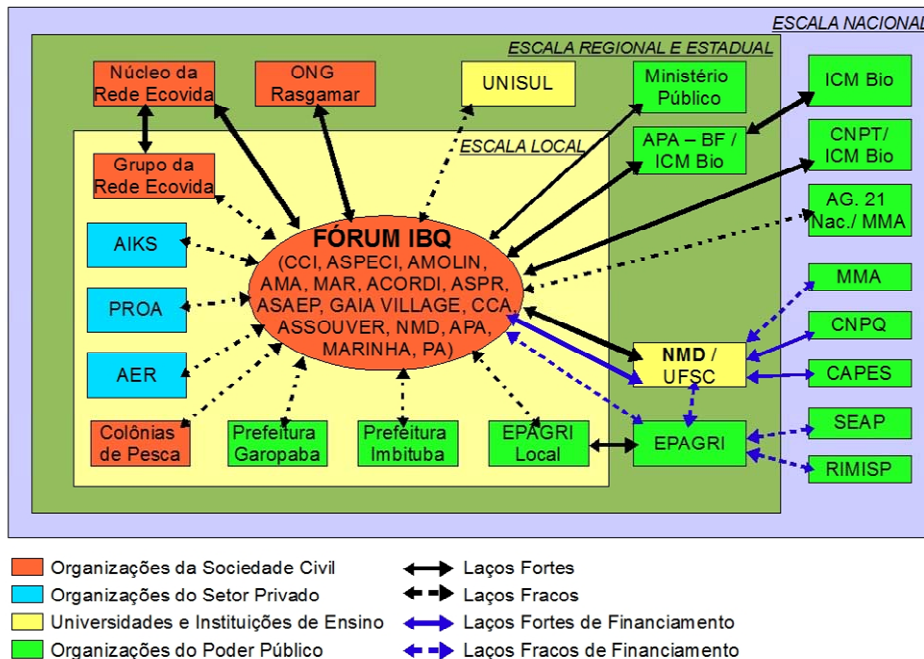
Em relação ao poder público local, de acordo com um entrevistado: “buscou-se cobrar postura e comprometimento das prefeituras”. Faz-se importante demarcar que o jogo político partidário certamente ocupou papel central na interação com o poder público, pois quase as organizações comunitária que fundaram o Fórum estão ligadas com o Partido dos Trabalhadores (PT), que nunca esteve a frente da gestão das prefeituras de Imbituba e Garopaba.

Um caso expressivo foi o da APA-BF, trata-se de uma unidade de conservação federal, que somente se tornou parceira do Fórum após troca de chefia, sendo esta filiada ao PT e com longo envolvimento em movimentos ambientalistas. O Fórum se tornou um elemento dinamizador na construção e funcionamento do Conselho Gestor da APA-BF, que tem por princípio a educação ambiental no processo de gestão.

O tratamento com as organizações sociais de igual visão de mundo se deu enquanto convite para construção do processo. A interação com os pescadores se deu por meio de uma ação coletiva frente ao referido empreendimento de carcinicultura. Possivelmente, eles trouxeram para o Fórum a resiliência existente historicamente no sistema socioecológico da pesca.

Nos parece que o compartilhamento de representações comuns se dá em duas vias: com os membros e instituições governadas pelo PT; e com o NMD ou indivíduos e organizações que têm como pauta a questão ambiental.

Figura 02: Sistema de Ação do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera. Adaptado de Andion (2007)



Na *Figura 02*, estão ilustradas as principais interações entre os grupos que compõem o *sistema de ação territorial* do Fórum, nas escalas local, estadual e regional, e nacional. As formas de regulação que estruturam essas interações são múltiplas. Analisando a estruturação das redes sociais, Granovetter (1973, *apud* Andion, 2007) argumenta que elas são permeadas por laços fortes, fracos ou inexistentes. Os laços fortes são formados por interações onde ocorre uma combinação de fatores como tempo, reciprocidade, intensidade emocional e intimidade entre os atores; são importantes à coesão social, mas podem causar isolamento dos atores em suas redes densas ou estimular a fragmentação dos esforços. Os laços fracos são denunciados como alienantes, mas podem gerar mobilidade e novas oportunidade.

Hoje o Fórum é constituído por organizações da sociedade civil e do poder público. As organizações civis são: CCI, ASPECI, MAR, Associação dos Moradores da Limpa (AMOLIN), Associação de Amigos da Praia do Rosa (AMA), Associação dos Agricultores dos Areais da Ribanceira (ACORDI), Associação de Surf da Praia do Ouvidor (ASSOUVER), Associação de Surf da Praia do Rosa (ASPR), Conselho Comunitário do Arroio (CCA). E as organizações do poder público são: NMD, APA-BF, Marinha e Polícia Ambiental.

O Fórum tem forte ligação com o núcleo regional da Rede Ecovida e fraca relação com a associação dos produtores orgânicos e artesanais de Garopaba, integrante do Grupo Ecovida. Por fim, o Fórum trabalha como parceiro da ONG Rasgamar, sediada em Laguna, esta ONG toma frente do processo de criação de uma Resex na área do Farol de Santa Marta no município de Laguna.

A sistematização do SAT permite visualizar a intensidade das relações apontadas acima. De certo modo, a inviabilidade encontrada pelo Fórum de parceria com o poder público local (prefeituras, Epagri), ou seja, os laços fracos, fez com que este buscasse fortalecer laços com outras escalas do Estado, desencadeando em processos como a construção do Conselho Gestor da APA-BF e demanda por uma Resex.

Conclusão

O presente trabalho visou reconstituir o contexto, espacial e temporal, bem como o sistema de ação territorial do Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera.

Evidencia-se que a capacidade de resiliência do sistema socioecológico “tradicional” da Lagoa de Ibiraquera, continua exercendo sua capacidade de resiliência a partir do espaço do Fórum. Sem poder contar com as colônias de pesca, nem com o poder público local, pescadores da região preocupados com o sistema socioambiental, encontraram por meio da participação no Fórum a possibilidade empoderarem do processo de gestão.

Apesar do forte clientelismo na área, a atuação do Fórum, tem aberto a possibilidade de pensar alternativas e construir novas relações. A exemplo das ações civis públicas, dos Encontros realizados, da construção do conselho gestor da APA-BF, da demanda por uma Reserva Extrativista, da formação da associação de pescadores. O NMD, buscando construir um processo que conjugasse pesquisa e ação, se tornou um apoio imprescindível ao processo.

Pudemos ainda observar que o SAT do Fórum, é formado a partir da escala local, interconectado com as escalas regional, estadual e nacional. E que o mesmo além de mediar as relações das organizações que o compõe, ainda tem a possibilidade de fazê-la em outras escalas.

Durante a trajetória de desenvolvimento do Fórum este pode auxiliar na conservação do meio ambiente, buscando a manutenção da atividade pesqueira e demais recursos naturais, além de resgatar práticas de tecelagem, projetar outras formas de turismo e fortalecimento da agricultura familiar, tudo isso visando não perder a identidade cultural local frente a empreitada do turismo de massa e especulação imobiliária. Observa-se assim, claramente o intuito do Fórum de auxiliar as dinâmicas socioeconômica, sociocultural e ecológica, fato imprescindível para implementação de um Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Talvez a síntese desse trabalho esteja expressa em Carlsson e Berkes (2005) ao afirmarem que o poder compartilhado só pode ser fruto de um resultado, ou seja, não há compartilhamento *a priori*. Além do ganho aprendizagem no processo, talvez os anos de trabalho em torno do Fórum poderá se tornar mais palpável em termos de DTS, por meio da implementação da *Reserva Extrativista da Lagoa de Ibiraquera* e do projeto *DTS na Zona Costeira Catarinense*. O primeiro pela viabilização de uma experiência de co-gestão a longo prazo e o segundo pela implementação de Sistemas Produtivos Locais visando dinamizar econômica e socialmente o território.

Referências Bibliográficas

- ANDION, Carolina. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no meio rural de Santa Catarina**: Os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO. 385f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2007.
- AVELLAR, Maria de Lourdes **Ibiraquera: a história de um lugar... um movimento singular e universal**. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1993.
- BERKES, Fikret. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. / Paulo Freire Vieira, Fikret Berkes e Cristiana S. Seixas. Florianópolis-SC:Secco/APED, 2005, p. 47-72.
- CARLSSON, Lars e BERKES, Firkret. Co-management: concepts and methodological implications. **Journal of Environmental Management**. Vol. 75, nro 1, p. 65-76, abril de 2005.
- FABIANO, Roberto Bruno. **Conflitos socioambientais e Gestão Integrada e Sustentável de Recursos Pesqueiros**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2004.
- FREITAS, Rodrigo Rodrigues. **Proyecto de gestión ambiental integrada y participativa de recursos pesqueros en la zona costera centro-sur de Santa Catarina, Brasil**. 2003. Especialização (Curso em Gestão Comunitária de Recursos Naturais), Universidad para la Cooperación Internacional (UCI), Costa Rica, 2003.
- FREITAS, Rodrigo Rodrigues. **Mudanças na Paisagem da Lagoa de Ibiraquera e a Gestão da sua Fauna Silvestre**. Dissertação. (Mestrado em Geografia), CFH, UFSC, Florianópolis, 2005
- MORIN, Edgar & KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- NMD **Avaliação Local Participativa de Ecossistemas Litorâneos no Sul do Brasil**: Projeto piloto de criação de uma Agenda 21 Local na Área da Lagoa de Ibiraquera, município de Imbituba e Garopaba, estado de Santa Catarina. Florianópolis:NMD-UFSC, 2007.
- NMD. **Relatório Final**: Projeto Manejo Integrado da Pesca na Lagoa de Ibiraquera, Convênio 017/2003, FNMA–NMD / UFSC, 2008.
- PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. In: **Revista Eisforia**. Florianópolis : PPGA, UFSC, v.1, n.1, 2006.
- REBOUÇAS, FILARDI & VIEIRA. **Gestão Integrada e Participativa da Pesca Artesanal**: potencialidades e obstáculos no litoral do estado de SC. Revista Ambiente e Sociedade, vol. IX, nº2, jul/dez 2006.
- ROSAR, Daniel Bampi. **Gestão participativa e política substantiva**: duas formas de ação política coexistentes em Ibiraquera (Imbituba/Garopaba – SC). Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), CCA, UFSC, Florianópolis, 2007.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: Crescer sem destruir. São Paulo: Editora Vértice, 1986.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o séc. XXI**. São Paulo: Editora Vértice, 1993, p. 07-71.
- **SNUC**: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5ed. Aum. Brasília:MMA/SBF, 2004. 56p.
- TONNEAU, J.P. e VIEIRA, P.F. Que diretrizes de pesquisas para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil? In: **Eisforia**, ano 4, volume 4, n. especial. Florianópolis: UFSC, 2006.
- VIEIRA, Paulo Freire. **Políticas Ambientais no Brasil**: gênese, evolução e desafios socioinstitucionais. *Mimeo*, (2002)
- VIEIRA, Paulo Freire. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. In: **Revista Eisforia**, Florianópolis: PPGA, Ano 4. vol.4 dez.2006.